

O PROBLEMA DO MAL NA PERSPECTIVA FILOSÓFICA DE SANTO AGOSTINHO E AS IMPLICAÇÕES NA MORAL ¹

THE PROBLEM OF EVIL IN THE PHILOSOPHICAL PERSPECTIVE OF St. AUGUSTINE AND THE IMPLICATIONS ON MORALE

Autor: Hugo do Nascimento Paes²

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Aliçandro Bordin³

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de estudar, a partir de Santo Agostinho, o problema do mal. Tomando como fundamento os livros *Confissões* e *O Livre-Arbítrio*. O trabalho estudará o percurso que o bispo de Hipona tomou para responder suas inquietações sobre este problema. A partir da pesquisa bibliográfica e leitura analítica dos escritos do autor, o artigo, metodologicamente, será disposto em duas seções. Na primeira, a concepção do mal em três dimensões: ontológica, moral e física; a segunda, uma problematização do resultado do mau uso do livre-arbítrio que fere a moral e a ética, pois traz consigo os males que assolam a humanidade. É necessário discutir este problema uma vez que, ao escolher o mal, escolhe-se também as consequências que ele possui. Estas, ferem a harmonia social entre os homens, situação que torna a reflexão atual.

Palavras-chave: Ética; moral; Agostinho; problema do mal.

¹ Artigo de conclusão da disciplina de Prática Profissional: Produção e Apresentação da Pesquisa em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à conclusão da disciplina do Curso de Licenciatura em Filosofia.

² Graduando do Curso de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

³ Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Possui graduação em Filosofia pela Universidade do Sagrado Coração (1999); mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-2003) e na mesma instituição, defendeu sua tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Educação.

ABSTRACT

This article aims to study, from St. Augustine, the problem of evil. Based on the books *Confessions* and *Free Will*. The work will study the path the bishop of Hippo took to answer his concerns about this problem. From the bibliographic research and analytical reading of the author's writings, the article will methodologically be arranged in two sections. In the first, the conception of evil in three dimensions: ontological, moral, and physical; the second, a problematization of the result of the misuse of free will that hurts morals and ethics, because it brings with it the evils that plague humanity. It is necessary to discuss this problem since, when choosing evil, one also chooses the consequences it has. These, they hurt the social harmony between men, a situation that makes the reflection present.

Keywords: Ethic; moral; Augustine; problem of evil.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é estudar o problema do mal a partir do pensamento de Santo Agostinho (354-430). Para isso, recorreremos à leitura e análise filosófica das *Confissões* e o diálogo *O Livre-Arbítrio*, pois neles o autor aborda o percurso adotado para a investigação do problema que se propôs: o mal e suas consequências, especialmente as morais.

Este trabalho parte da análise bibliográfica, tendo como base a leitura analítica e interpretativa dos textos de Agostinho e dos comentadores sobre o tema proposto. Metodologicamente, o trabalho será dividido em duas seções: a primeira, uma definição dos três tipos de mal - ontológico, moral e físico e a segunda, a implicação do mal na moral.

As considerações de Santo Agostinho, levam ao entendimento de que ele considerou haver um mal ontológico. Essa postura indicava a tentativa de refutar a tese maniqueísta que concebia a ideia de que Deus é o responsável pela origem do bem e do mal. Por outro lado, também indicou a existência de um mal moral, visto como pecado, originado pela vontade e mal uso do livre-arbítrio. Além disso, afirmou a condição de ter um mal físico ao partir do pressuposto de que toda causa tem um efeito, sendo o mal moral causa do mal físico.

Santo Agostinho entende que a pobreza, as guerras e a fome são os males que assolam a humanidade. O mal uso do livre-arbítrio acarreta desgraças para o homem. Nesse sentido, o homem vê a necessidade de se purificar do pecado para alcançar a felicidade verdadeira. O bispo de Hipona, em seus escritos, propõe uma teoria ética, tendo como base o amor, pois entende que é ele o fundamento que pode ordenar a humanidade.

Desde muito jovem, o bispo de Hipona se questionou sobre o problema do mal e viu na teoria maniqueísta algo que poderia responder a essa inquietação. Após sua conversão, Agostinho abandonou o maniqueísmo e teceu sua própria teoria sobre a origem do mal, relacionando-a diretamente com o problema da vontade humana. Nesse sentido, o mal, para o filósofo, não é um ser, mas o resultado do mau uso do livre-arbítrio de cada homem, que abandona o Criador em busca de um bem inferior. Desta forma, o homem, agindo por sua própria vontade, priva-se de Deus e corrompe a relação que existia entre criatura e Criador. Essa corrupção fere a moral, pois implica

na forma como o homem age no meio social em que está inserido. Desse modo, ao passo em que se compreende o problema do mal, exige-se uma compreensão sobre a moral e a ética, visto que, o mal físico está ligado a moral e a vida social.

1. DIMENSÕES DO MAL SEGUNDO A TEORIA DE AGOSTINHO DE HIPONA

Aurélio Agostinho (354-430) foi um pensador importante no período da Patrística e dedicou parte de sua vida discutindo problemas filosóficos, éticos e teológicos. Entre as reflexões que conduziu, consta a tentativa de desvendar o problema do mal, um tema atual e pertinente. Segundo Paul Ricoeur (1988, p. 31), o pensador cristão possibilitou que a filosofia do Ocidente buscasse compreender a origem do mal a partir da doutrina que elaborou e do questionamento que fez: *Unde malum? (De onde vem o mal?)*.

A problemática do mal, embora tenha sido abordada em outras obras de Agostinho, nas *Confissões*⁴ e no *O Livre Arbítrio*⁵ o filósofo propôs um itinerário para responder o problema do mal, que tanto o inquietou. No livro *VII* das *Confissões*, Agostinho se vê obrigado a encarar o problema do mal, para responder as questões ligadas à busca da verdade. Dessa forma, compreende-se que para descobrir a verdade, se faz necessário resolver o problema do mal. Isto posto, sem ter clara certeza da origem do mal afirma: “Não tinha, no entanto, ideia clara e nítida da causa do mal” (*Conf. VII, 3. 4*).

Por esse motivo, o filósofo refletirá o mal em três graus: ontológico, moral e físico. Na esfera ontológica, o mal, trata-se de uma privação do bem. O mal moral é o pecado, o abuso da liberdade ou as más escolhas da vontade, que conseqüentemente nos afastam do Sumo Bem (*De lib. arb. I, 16. 35a*) e o mal físico as conseqüências do mal moral. Por isso, Santo Agostinho estabelece argumentos, a partir do plano metafísico, para chegar ao mal, decorrente das ações humanas, que será trabalhado no tópico seguinte. O autor busca compreender se o mal é ou não uma substância.

1.1 O MAL ONTOLÓGICO NO PENSAMENTO AGOSTINIANO

Agostinho, em busca pela verdade, entendia que se a encontrasse alcançaria a Deus. Por esse motivo, lançou-se por diversos caminhos e credos, como os maniqueístas que se autodenominavam portadores da verdade, esta, que tanto atraía

⁴ Obra que Agostinho escreve já em idade madura e daqui em diante, será denominada “*Conf.*”

⁵ Obra onde o autor trata sobre a causa do pecado, o abuso da vontade livre e a partir daqui, será denominada: *De lib. arb.*

o pensador e, por esse motivo, aproximou-se dessa seita religiosa. De acordo com Bohener e Gilson (2012, p. 143), Agostinho se aproximou dos maniqueístas, que afirmavam saber das coisas superiores e da verdade. Seduzido pela busca da verdade e respostas que buscava sobre o mal, o filósofo cristão aderiu ao racionalismo gentiocristão dos maniqueus. Após ter contato com o neoplatonismo e com Santo Ambrósio, houve uma emancipação do jovem Agostinho dos maniqueístas, pois ele passou a buscar a verdade na doutrina cristã.

Ao responder a essa doutrina que aderiu na juventude, Agostinho compreende que Deus é um Ser Perfeito, Imutável, Criador da alma, dos corpos e de todos os seres e coisas que existem “[...] ó nosso Deus verdadeiro, que fizestes não só nossas almas, mas também nossos corpos, e não só nossas almas e corpos, mas todos os seres e todas as coisas” (*Conf. VII, 3. 4*), mas hesitava na medida em que constatava que por meio do livre arbítrio e da vontade, praticava o mal (*Conf. VII, 3. 5*).

No entanto, entrava em embate quando entendia que era criado por um Ser Bom e Perfeito. Dado isso, sentia-se deprimido, pois não queria relacionar a origem do mal a Deus, mesmo que não encontrasse uma explicação para esse impasse de forma imediata (*Conf. VII, 3. 5*).

Em busca de resolver esse problema, Agostinho muda a forma de abordá-lo. Deixa de buscar a causa do mal nas coisas sensíveis e mutáveis, pois, as entendia como corruptíveis e mutáveis, e passa a uma constatação ontológica, a partir de um ser absoluto, um ser incorruptível, Deus, entendendo que não pode haver nada acima ou fora de Deus. Se houvesse, deixaria de ser o que é, compreendendo que esse Ser Incorrupto não poderia ser autor do mal “De onde então vem o mal?” (*Conf. VII 5. 7*).

Segundo Siloe C. N. Erculino, (2014, p. 07), Deus criou as coisas boas *ex nihilo* a partir das formas em seus pensamentos. As coisas corruptíveis, compreendidas por Agostinho, tinham uma relação da forma como pensava o problema do mal e isso o inquietava, pois, via como algo contraditório o fato das criaturas criadas por Deus e ligadas a ele pudessem ser más.

No entanto, Siloe C. N. Erculino (2014, p. 07), afirma que a matéria com que Deus criou o mundo, não é a causa da corrupção e Agostinho entende que as criaturas possuem imperfeições em relação ao Criador, pois Deus é o Ser Supremo e as criaturas existem através Dele. Após observar as coisas ao seu redor, compreendeu que Deus não as gerou de si mesmo para serem o que Ele é, mas as criou do nada,

para não serem iguais a Ele (*De gen. Contra man.*, I, 4 *apud* COSTA; BRANDÃO, 2007, p. 08).

Ao passo em que as coisas foram criadas por Deus, por natureza são passíveis de corrupção, mas não são sumamente boas. Por isso, a corrupção se torna um mal na medida em que a bondade das coisas diminui: “a corrupção de fato é um mal, porém não seria nociva se não diminuísse um bem real. Portanto, ou a corrupção não é um mal, o que é impossível, ou – e isto é certo – tudo aquilo que se corrompe sofre uma diminuição de bem” (*Conf. VII*, 12. 18).

O mal ontológico, é classificado como não ser. Visto pelo autor como um defeito da criação. No entanto, se é um defeito da criação, Deus teria criado as criaturas de forma imperfeita? O pensador compreende que Deus é um ser espiritual, Imutável, Sumo Bem, Incorrutível e Criador de todas as coisas e o único perfeito, uma vez que possui todos os atributos em grau máximo. Reflete e compreende que o mal não pode vir dele “Em ti o mal não existe de forma alguma [...]” (*Conf. VII*, 13. 19).

Isto posto, Agostinho compreende que todas as criaturas são mutáveis e contingentes, pois foram criadas do nada (COSTA; BRANDÃO, 2007, p. 09), pois tudo aquilo que Deus criou participa do ser de Deus em graus menores de perfeição. Deus não poderia criar outros seres perfeitos, pois somente ele é a perfeição. Por isso, tudo o que Deus criou, possui medidas de imperfeição e o mal, é o nome que damos para essas imperfeições na criação, ou para ausência de perfeição a qual permite que as coisas existentes se corrompam.

1.2 O MAL MORAL NO PENSAMENTO AGOSTINIANO

Como visto no tópico anterior, o mal ontológico, é compreendido como privação/ausência do bem e sua origem está enraizada no pecado, prática do homem. Agostinho deixa de buscar o mal como substância, uma vez que entende que se fosse uma substância, seria um bem (*Conf. VII*, 13, 18). No entanto, G. R. Evans (2006, p. 170) declara que o mal não pode ocorrer sem que haja um autor e Deus não pode ser a fonte do mal. Com isso, neste tópico, para compreender com a tese do mal moral, Agostinho entendeu como uma corrupção do bem. Para Siloe C. N. Erculino (2014, p. 11), se o mal não existe como substância, é necessário que alguém o cometa e o

responsável por cometer esse mal é o homem, quando peca usando mal o livre-arbítrio⁶.

Em seu livro, *O Livre-arbítrio*, Agostinho, por meio de Evódio (2020, p. 51-52), em um diálogo sobre a causa do mal chegam à conclusão de que o motivo do mal moral, o pecado, origina-se no livre-arbítrio da nossa vontade: “Portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio” (*De lib. arb. I*, 11a, 21c). Nesse sentido, G. R. Evans (2006, p. 171), Agostinho e Evódio concluem que o homem é o autor do mal, por fazer um mau uso do livre-arbítrio, que é um dom divino, dado a nós por Deus. O mal não consiste em sua natureza, mas no que é fazer o mal, o agir do homem de maneira inadequada. (*De lib. arb. III*, 6. 14).

Segundo Ueslei Vaz Aredes (2017, p. 20), há no homem o livre-arbítrio que é a sua liberdade e a vontade de querer ou não. O homem, quando usa da razão para fazer suas escolhas, é capaz de dominar sua vontade. Agindo assim, não pratica o mal, uma vez que estava determinado em dominar suas vontades.

Para o bispo de Hipona, o mal nasce nas paixões que dominam a razão humana, tornando o homem escavo dos desejos. Podemos compreender isto a partir do relato de Agostinho sobre o furto das peras, “E quis roubar, e o fiz, não por necessidade, mas [...] por excesso de maldade. Roubei de fato coisas que já possuía [...] e não para desfrutar do que roubava, mas pelo gosto de roubar, pelo pecado em si”. (*Conf. II*, 4, 9).

Segundo Agostinho, ninguém é obrigado a pecar, mesmo tendo a mancha do pecado original. Sendo assim, é o próprio homem que, por sua vontade livre, escolhe pecar. “[...] ninguém é obrigado por sua natureza a pecar. Tampouco é obrigado a ser levado por uma natureza alheia, porque ninguém peca sujeitando-se ao que não quer, por própria vontade.” (*De lib. arb. III*, 16, 46).

Nesse sentido, Ueslei Vaz Aredes (2017, p. 21) afirma que Agostinho parte de uma explicação ontológica-ética-filosófica-teológica, onde o mal é o abuso da vontade

⁶ O termo “livre-arbítrio” na etimologia latina, significa livre decisão, por muitas vezes essa expressão tem o mesmo significado que liberdade. Porém, no pensamento elaborado por Santo Agostinho o livre-arbítrio, trata-se de um dom ofertado por Deus ao homem, que permite a possibilidade de escolher entre o bem e o mal. A liberdade, por outro lado, está na condição de se fazer um bom uso do livre-arbítrio. Dessa forma, nem sempre o homem é livre quando faz uso do livre-arbítrio, isso depende do modo como ele o usa.

livre, que corrompe o homem levando-o ao pecado. O mal moral, apresentado pelo bispo de Hipona, está relacionado com as más ações do homem quando faz o mau uso da razão e, conseqüentemente, do livre-arbítrio. Ueslei V. Aredes (2017, p. 21), parte do princípio de que “[...] quando praticamos o mal, muitas vezes a razão tem consciência que o ato é errado, mesmo assim insistimos em praticá-lo”.

Para Elisa Lucena (2006, p. 34), o mal moral consiste no pecado original e na má escolha. Dado isso, compreende-se que o mal moral está na criatura e não no criador, pois é o homem quem tem a opção de escolher entre o bem e o mal. Ao escolher mal e agir de forma espontânea, Adão e Eva foram expulsos do paraíso e como consequência deste ato, o mal entrou no mundo como algo físico, ou seja, a morte e os sofrimentos da vida humana. Por isso, Gillian Evans (2006, p. 171), aponta que o desejo e o mau uso da vontade livre é que faz o homem querer as coisas que são erradas, com isso, recai no pecado e sujeita-se ao mal.

A partir disso, compreende-se que o mau uso do livre-arbítrio se trata do ato de se apegar aos diversos bens existentes ao invés de utilizá-los para chegar a Deus, que deveria ser o objetivo de todo homem. O ato de pecar, de praticar o mal, ocorre quando preferimos as coisas mutáveis e incorretas em vez das coisas imutáveis e corretas.

1.3 O MAL FÍSICO NO PENSAMENTO AGOSTINIANO

Para G. R Evans (2007, p. 145), Agostinho descreve as formas que o mal se revela: estão relacionadas ao afastamento do bem. O mal físico é compreendido como causa do mal moral e está presente nas dores e na morte do homem. Por outro lado, podemos percebê-lo também nos fenômenos naturais como os terremotos, tsunamis e grandes desastres. Tudo isso é fruto do pecado original, pois foi a partir dele que o homem se tornou sujeito aos males físicos e à morte. “Ele vai aparecer em sua ontologia, causando sofrimentos aos seus indivíduos, seus provocadores” (COSTA, 2001, p. 274-275).

Segundo Agostinho (2020, p. 74-75), o mal físico é tido como uma pena justa da parte de Deus ao homem. “Quando Deus castiga o pecador, o que te parece ele não diz senão estas palavras: ‘Eu te castigo porque não usaste de tua vontade livre para que eu concedi a ti? Isto é, para agir com retidão’” (*De lib. arb. II, 1, 3*). Desse

modo, o filósofo cristão entende que Deus permite os males físicos para que a natureza reestabeleça seu equilíbrio e sua ordem.

Aredes (2017, p. 32) afirma que a má vontade que há no homem, decorre do pecado original e pode ser dominada se ele quiser, pois o homem é um ser dotado de razão. Caso decida por não dominar essa má vontade, está sujeito a receber o mal físico, visto que toda causa tem um efeito e se eu pratico o mal moral, devo receber as consequências dele. “O motivo é que a corrupção, que acabrunha a alma, não é a causa do primeiro pecado, mas o castigo, nem a carne corruptível fez a alma ser pecadora, e sim a alma pecadora é que fez a carne ser corruptível” (*De civ. Dei I, III, 2*).

O mal moral, segundo Jackson Souza Braga (2012), pode produzir consequências do mal físico, como o homicídio, a iniquidade, a desordem, as injustiças, as guerras, a corrupção, as doenças e a morte. Pois o homem, quando peca abre brechas para todo o mal que há, seja natural ou espiritual. Nesse sentido, no pensamento agostiniano nota-se que o mal físico não está associado a Deus, mas ao homem. Pois é ele o responsável por suas escolhas e pelo mal que praticou (*De civ Dei II, XIII, 4*).

Dessa forma, retira-se a ideia de que o mal pertence a Deus, pois ele criou do nada e devidamente ordenado. O mal moral causou a desordem e esta causou a corrupção e a deterioração. O mau uso do livre-arbítrio é a principal causa do mal, já que com o pecado original, instaurou-se toda espécie de mal que há no mundo. Para Marcos R. N. Costa (2002, p. 369), o pecado original deixou no mundo os seus prejudicados, fazendo com que o negativo parecesse positivo. Segundo o pesquisador, deve-se temer o mal como algo concreto que destrói o homem e o universo.

2. IMPLICAÇÕES DO MAL NA MORAL E NA ÉTICA

Para Agostinho, o mal é entendido como um abismo entre o homem e o Criador e carrega uma conotação de imoralidade, corrupção e degradação, pois quando o homem se afastou de Deus, levou consigo o sofrimento se tornando escravo das suas paixões (*De lib. arb. I, 35a*). Como tratado na primeira seção, o uso indevido do livre-arbítrio resulta o pecado, por isso, compreende-se que a humanidade sofre as consequências desse uso indevido, uma grande crise moral. De acordo com Agostinho

(*Conf., III, 6, 11*), Deus habita no interior do homem e isso faz com que ele seja conduzido ao Bem supremo – pois a finalidade do homem é ser feliz – visto que, o homem está naturalmente ligado ao seu criador.

Segundo a compreensão agostiniana, após se ver ludibriado pelo pecado, surge no homem o desejo de ser bom e, para isso, G. R. Evans (2006, p. 222) afirma que ele deve abandonar o pecado. No entanto, essa noção de “dever” é entendida como obrigação-de-tornar-se. Ou seja, o homem tem a obrigação de se tornar perfeito, uma vez que fomos criados para tal. Com esse dever, o homem é direcionado à perfeição e passa a buscar formas de se purificar para alcançá-la. A autora ainda sugere que devemos buscar a cura do corpo e da alma, pela graça do Médico Divino. De acordo com G. R. Evans (2006, p. 227), Agostinho entende que é impossível deixar o pecado de uma vez, pois, para ele, o mal deveria ser extirpado de forma lenta e rasteira. Entende também que nenhum homem será perfeito em vida, mas, sim após a morte (*De pec. mer. II, VII, 8* apud EVANS, G. R. 2006, p. 226). Nesse sentido, o filósofo cristão assinala que o homem pode ser um perfeito acadêmico, mas não um mestre da sabedoria, a perfeição para ele, não é alcançada nesta vida (*De pec. mer. II, XV, 22* apud EVANS, G. R. 2006, p. 227).

Para purificar-se do pecado, o homem deve aproximar-se de Deus e aspirar a verdadeira felicidade, a fim de ser feliz e santo. Ser feliz é ser livre e sábio. Ser feliz é estar na busca da sabedoria e na busca do Cristo, pois é ele a verdadeira felicidade (EVANS, 2006, p. 223). De acordo com Carlos A. P. Vieira (2010, p. 61), a autêntica felicidade nasce no amor, pois o homem feliz tem amor no coração e está enraizado em Deus. Desse modo, é preciso que o homem ame a Deus acima de todas as coisas, assim, ele pode alcançar o verdadeiro amor e, posteriormente, tornar-se feliz.

Agostinho (2008) afirma que a felicidade consiste em agir conforme a nossa razão em concordância com o livre-arbítrio, a fim de alcançar a verdade e a ordem (*Contr. Acad., I, IX, 24*). Ele adaptou a teoria platônica à fé cristã, sustentando a tese da liberdade como fundamento da ética e como tentativa de negação das forças externas, como determinantes da vontade. O bispo de Hipona afirma que não há um “destino” que nos envolve, como dizem os estoicos, pois o homem é dotado de inteligência e liberdade para decidir como agir (*De civ. Dei II, X, 5*).

A partir disso, concebe-se que, na busca pela felicidade verdadeira, o homem deve agir corretamente e, para isso, é necessário que haja um fundamento ético que ele se apoia para alcançar seu objetivo final, a purificação, a felicidade e a perfeição.

A teoria ética agostiniana, está descrita no Livro *A Cidade de Deus*⁷ e nele o filósofo cristão apresenta a ideia de que de dois amores nasceram duas cidades: “o amor de si levado ao desprezo de Deus, a terrestre; o amor de Deus levado ao desprezo de si mesmo, a celeste” (*De civ. Dei II, XIV, 28*). Na cidade terrestre, ocorre a busca da glória dos homens e na cidade celeste, tem por princípio a glória de Deus.

Para Leomar A. Montagna (2009, p. 163), todos os homens querem ser felizes, mas a verdadeira alegria vem apenas de Deus, pois ele é a verdadeira felicidade. Com isso, nota-se que mesmo com os males que assolam a vida humana, o homem tem o desejo de ser feliz e percebe que será feliz, quando alcançar a Deus. No entanto, há uma barreira que o impede de alcançar o Criador, o pecado, que cria um abismo entre ambos. Mas o homem, impelido do desejo de ser feliz, tende para o bem e para o amor e compreende que o amor pode levá-lo a uma atitude ética para o convívio social e, conseqüentemente, produzir uma harmonia social entre as pessoas.

Agostinho propõe, a partir de uma filosofia cristã, uma solução para o problema dos males e da miséria humana, possibilitando compreender a humanidade a partir do olhar de um Deus amoroso, que nos permite promover uma mudança ética na sociedade, tomando como princípio a ética do amor. Sobre a ordem social, Boehner e Gilson (2004, p. 195) sustentam que ela é um prolongamento da ordem moral fundamental do amor. De acordo com esses estudiosos, a concepção agostiniana de moralidade não pode ser separada da doutrina social, ou seja, a vida moral pressupõe uma vida em comunidade.

É sabido que a sociedade é assolada por diversos males físicos, que Agostinho compreendeu como efeito do mal moral. O homem, ao trilhar o caminho da perfeição, é naturalmente levado a assumir dentro de si um comportamento diferente com a sociedade, buscando que haja uma harmonia social entre os povos. Para isso, devemos entender dois conceitos essenciais da filosofia ética agostiniana, o conceito de “*uti-frui*”⁸. Para Leomar A. Montagna (2009, p. 87) “Fruir significa afeiçoar-se a algo por si mesmo [...]. Utilizar, ao contrário, é servir-se de algo para alcançar um objeto que se ama”. Nestes dois termos, resume-se a ética e a moral cristã de Santo Agostinho. Ele encontrou uma forma de conciliar a felicidade em Deus e o

⁷ Obra onde o autor aborda o conceito de duas cidades, a celeste e a terrestre.

⁸ Traduzido do latim, significa: utilidade e fruição. Fruir é aperfeiçoar de algo por amor a ela mesma. Usar, ao contrário, é aquilo que utilizamos para conseguir outra coisa. Dessa forma, as coisas úteis só servem para alcançarmos aquilo que nos pode fazer feliz (BOEHNER; GILSON, 2012, p. 193).

comportamento moral diante das realidades do mundo. Se tratando da moral, só podemos fruir e gozar dos bens eternos e somente neles encontrar alegria em relação as realidades terrestres, estas, só devemos utilizar para alcançar a alegria e o gozo eterno.

A filosofia moral do bispo de Hipona não está no amor em si, mas na escolha daquilo que deve ser amado. Dessa forma, surge um questionamento: o que amar? Em vista disso, o autor propõe que se deve escolher o que é correto para os homens amar, ou seja, as coisas eternas e não as coisas atemporais, pois o homem deve amar a Deus e amar as coisas por amor a Deus (*De civ. Dei*, XI, 25). A partir disso, considera-se que não se deve amar a si próprio, pois procedendo desse modo, a alma tende para o caminho do mal, pois se depara com o pecado da soberba e orgulho (COSTA, 2002, p. 299).

Segundo Olinto Pegoraro (2013, p. 70), é possível compreender a ética e moral cristã a partir da lei eterna em Deus e a lei natural das coisas no mundo. Para o pesquisador, existe apenas uma origem da ética, o amor. Dessa forma, deve-se amar a Deus e as criaturas pois nelas, vemos a face do criador. Nisso consiste a moral, amar a Deus e as criaturas nele. A ética de Agostinho está na condição de adorar a Deus, amar aos homens em Deus e utilizarmos das coisas materiais de forma moderada.

Dessa forma, no pensamento agostiniano, como exposto, o amor é compreendido como a causa do pensamento ético, assim como a afirmação que diz: “*Ama e faze o que quiseres*⁹”, nisto está o princípio que direciona o homem à caridade¹⁰, o amor ao próximo. A caridade, em Agostinho, é o coração da moralidade, afirma Gilson (2004, p. 193): “a moral é traduzida numa sequência de atos individuais, que implicam num posicionamento diante das coisas: ou usufruímos delas ou utilizamos delas”. O homem, quando é envolvido com a caridade e no amor com o próximo, permite que haja um princípio ético social, que levará a sociedade a caminhar na harmonia entre os indivíduos.

⁹ (Comentário da Primeira Epístola de São João, VII, 8). A expressão *faze o que quiseres*, pode ser compreendida como uma liberdade sem limites éticos. Porém, esse entendimento está longe do pensamento agostiniano, uma vez que, não se trata de apenas amar e sim observar o que se ama. Uma aproximação entre amor e ética.

¹⁰ A caridade no pensamento agostiniano está enraizada no amor como um princípio de interação do indivíduo com a sociedade. Está ligada, também, àquilo que se deve amar, ou seja, amar o que pode nos conduzir a Deus. (Boehner, P.; Gilson, E. (2004, p. 189).

Por fim, Boehner e Gilson (2004, p. 196) declaram que toda sociedade boa ou má concorre apenas a um objetivo: a paz. Por isso, devem agir da forma mais adequada, para se unirem e gerar uma convivência pacífica uns com os outros. Assim, a caridade, entendida pelos pesquisadores como o coração da moral é importante para garantir o progresso no amor, na justiça e na paz. Em vista disso, Leomar A. Montagna (2009, p. 165) declara que é no amor que se chega a uma atitude ética, gerando altruísmo e fraternidade social que resulta no convívio harmônico entre as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, buscou-se evidenciar o itinerário filosófico de Agostinho em sua busca pela origem do mal, tema que inquietou o bispo de Hipona durante toda sua

vida. Com isso, conclui-se que o questionamento sobre o mal também é uma dúvida para o homem, sobretudo a origem do mal físico. Apesar de se desviar por doutrinas que não o levariam a verdadeira causa e origem do mal, Agostinho, homem que sempre buscou a verdade, abandonou essas doutrinas e persistiu no itinerário até encontrar a verdade.

O mal, na realidade, é a privação do bem e não pode ser criado por Deus e nem entendido como substância, uma vez que a natureza é um bem. Em contrapartida, compreendeu que o mal estaria na má escolha do homem. Nesse sentido, Agostinho estabelece a forma com que o mal está na vida do homem, apontando o problema da vontade e afirmando que ele é inserido a partir do mau uso do livre-arbítrio. Quando se escolhe mal o que quer, essa escolha acarreta consequências, pois toda causa tem um efeito. Essas consequências, na teoria agostiniana, são os males físicos que assolam a humanidade, a saber: ódio, fome, guerras, egoísmo e tantos outros males que nos deparamos durante nossa existência. Nesse sentido, a partir dos escritos de Agostinho entende-se que o mal físico, se relaciona com a ética e a moral, pois ele compreendia que o mal físico poderia ser visto como o responsável por corroer a humanidade. Paul Ricoeur (1988, p. 48) afirma que todo mal cometido por alguém, atinge o outro. Por isso, mesmo que livres, somos responsáveis por nossas escolhas e ao escolhermos, recai sobre nós a responsabilidade num todo (SARTRE, 1983, p. 09), uma vez que ao fazer minhas próprias escolhas, o mal físico também prejudicará o outro.

Portanto, como forma de solucionar o problema do mal na vida social entre os homens, devemos apropriar-nos do conceito de amor Charitas (amor ao próximo). Com isso, teremos um princípio ético a seguir e assim, a partir do amor, guiar nossa moral para a socialização, sendo capaz de viver numa sociedade que busca o bem social e a harmonia entre as partes, destruindo as barreiras do individualismo que nos cercam.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. **A Cidade de Deus II**. São Paulo: Vozes, 1991.

_____. **Comentário da Primeira Epístola de São João**. São Paulo:

Paulinas, 1989.

_____. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 2019.

_____. **Contra os acadêmicos, A ordem, A grandeza da alma, O mestre**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 2020.

AREDES, U. V. **O conceito de mal: ontológico, moral e físico segundo Santo Agostinho**. Anápolis – GO. Faculdade Católica de Anápolis, 2017. Disponível em: <https://www.catolicadeanapolis.edu.br/biblioteca/wpcontent/uploads/2018/08/UESLEI-VAZ-AREDES-2017>. Acesso em: 25 set. 2022.

BOEHNER, P; GILSON, E. **História da Filosofia Cristã**. 13 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

BRAGA, J. S. Provoações acerca da questão do mal no pensamento de Santo Agostinho. **Pensamento Extemporâneo**, Mariana – MG. 12 jun. 2012. Disponível em: <https://pensamentoextemporaneo.com.br/?p=2213>. Acesso em: 09 nov. 2022.

COSTA, M. R. N.; BRANDÃO, R. E. A Teoria da Criação, segundo Santo Agostinho. **Revista Agora Filosófica**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/agora/article/view/82> . Acesso em: 26 out. 2022.

COSTA. R. M. N. **O problema do mal na polêmica antimaniqueia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: Unicap e Edipucrs, 2002. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=f05Jbzip5bMC&printsec=copyright&hl=ptBR&source=gbs_pub_info_r#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 24 set. 2022.

ERCULINO, S. C. N. As origens do mal em Agostinho. **Pensando – Revista de Filosofia**, v. 5, n. 10, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/pensando/article/viewFile/1257/1882> . Acesso em: 26 out. 2022.

EVANS, G. R. **Agostinho sobre o mal**. 2 ed. São Paulo – SP: Paulus, 2006.

GILSON, E. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. 2 ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

MONTAGNA, L. A. **A ética como elemento de harmonia social em Santo Agostinho**. 2 ed. Sarandi – PR: Humanitas Vivens, 2009.

PEGORARO, O. A. **Ética dos maiores mestres através da história**. São Paulo: Vozes; 5 ed. 2013.

PINHEIRO, J. **Agostinho de Tagasta**: “Santo Agostinho” O Peso do Amor. Disponível em: [Agostinho de Tagasta - Jorge Pinheiro \(monergismo.com\)](http://monergismo.com). Acesso em: 27 de set. 2022.

RICOEUR, P. **O mal**: um desafio à filosofia e à teologia. Campinas – SP: Papyrus, 1988.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SOUSA, L. C. O problema do mal em o livre-arbítrio de Agostinho de Hipona. **Revista Pandora Brasil**, ed. 92, mar. 2018. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/gostos_discutíveis_92/9.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.

VIEIRA, C. A. P. O amor como fundamento da ordem social em Santo Agostinho. **Paralellus**, ano 1, n. 1. jan./jun. 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/236215148.pdf> . Acesso em: 27 set. 2022.